

António Horta Fernandes, *Guerra Santa e Guerra Justa. Um desígnio medieval?*, Lisboa: Grupo Narrativa, 2023.

Carlos Filipe Afonso

Instituto de Estudos Medievais/ NOVA FCSH
cfafonso75@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6575-3300>

António Horta Fernandes (AHF) é uma figura de referência no panorama académico português no domínio da Estratégia, área à qual tem dedicado quase três décadas de investigação contínua e produção científica. Doutorado em História e Teoria das Ideias, com formação de base em História e Mestrado em Estratégia, desenvolve uma abordagem marcadamente conceptual, centrada na reflexão teórica sobre os fundamentos estratégicos e polemológicos. É docente no Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) e investigador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), contando com uma obra extensa e consolidada no campo das ciências sociais e da estratégia.

No livro *Guerra Santa e Guerra Justa*, trabalho que AHF insere na sua linha de investigação, que designou de *homo strategicus*, o autor propõe-se desconstruir, com uma abordagem provocadora mas intelectualmente rigorosa, a ideia frequentemente veiculada de que a Idade Média — entendida em sentido amplo — foi um período em que a guerra era aceite e integrada como componente natural e inevitável da vida quotidiana. Através de uma sólida base argumentativa, demonstra que, ao contrário dessa perceção superficial, a sociedade europeia medieval, de um modo geral, não legitimava a guerra como princípio. Pelo contrário, considerava justas apenas as ações orientadas para a

paz — mesmo que, paradoxalmente, essa paz tivesse de ser alcançada através do recurso à guerra.

A obra é prefaciada por Hermenegildo Fernandes, amigo de autor, com quem tem mantido, ao longo dos anos, um diálogo intelectual produtivo em torno das questões discutidas no livro. O conceituado medievalista reconhece os méritos do trabalho, sublinhando o valor de uma abordagem conceptual provinda de fora da historiografia da Idade Médial *stricto sensu*. Hermenegildo Fernandes observa que, embora AHF não se identifique como medievalista, o seu contributo é de inegável interesse para os especialistas, precisamente pela forma como articula uma visão global e transversal da época, recorrendo a instrumentos analíticos pouco comuns entre os medievalistas. Destaca ainda a solidez da estrutura argumentativa e considera modesta a autoidentificação de AHF como não-especialista.

Apesar dos elogios, Hermenegildo Fernandes não deixa de apontar algumas reservas críticas, designadamente a tendência do autor para conferir uma certa unidade a um milénio de História que, à luz da historiografia contemporânea, se reconhece antes como uma construção convencional do pensamento ocidental. Aponta também limites metodológicos, nomeadamente no uso seletivo das fontes e na homogeneização de algumas realidades conjunturais que foram claramente distintas. Em particular, critica o modo como o autor minimiza a centralidade da função militar enquanto critério estruturante em sociedades como a portuguesa dos séculos XII e XIII. Adicionalmente, não obstante a atenção demonstrada por AHF quanto ao risco de anacronismo, Hermenegildo Fernandes considera que a obra não está totalmente isenta desse problema.

O autor, em jeito de introdução, dedica um primeiro capítulo extenso e substancial à discussão da guerra medieval, partindo de uma perspetiva ancorada na teoria da estratégia. Defende que não existia estratégia na Idade Média, uma vez que os atores da guerra careciam de condições de consciência política que permitissem a sua formulação ou interiorização. Aponta, por exemplo, a quase inexistência de cartografia como fator impeditivo do planeamento estratégico, e sublinha que a forte dependência na fé divina restringia significativamente a liberdade de ação dos comandantes. Acrescenta que as limitações tecnológicas tornavam inviável qualquer conceção moderna de estratégia, criticando, assim, a tendência de alguns medievalistas em atribuir racionalidade estratégica a conflitos que careciam desses fundamentos.

AHF distingue claramente entre uma sociedade que admite a guerra como possibilidade recorrente e outra estruturada em função da guerra. Afirma, com ênfase, que a ausência de hostes permanentes indicia que a guerra não integrava de forma contínua o horizonte político, mas apenas emergia quando as circunstâncias a impunham. Sustenta a sua análise a partir das ferramentas conceptuais contemporâneas da teoria da guerra e argumenta que conflitos de baixa intensidade, como os que marcaram a Reconquista peninsular, não podem ser classificados como guerra em sentido pleno. Num ponto central da sua crítica, o autor considera que a militarização das sociedades medievais foi, sobretudo, uma resposta à incerteza do contexto e não expressão de uma vontade política consciente. Para além disso, referindo-se a aspetos como a aproximação indireta ou a prática de expedições para obtenção de proventos, sublinha que não se enquadram no conceito de guerra que trata no livro, pois não implicam a existência de uma cultura bélica estruturada. Defende que “uma sociedade organizada para e pela guerra é um oxímoro”, uma vez que a guerra, pela sua natureza e pelo seu reduzido valor, de utilidade marginal, se opõe à ideia de estabilidade social (p. 61). Assim, para o autor, a sociedade medieval não estava organizada em função da guerra, mas apenas habituada à sua ocorrência (p. 65). Critica, por fim, o uso excessivo de postulados clausewitzianos por parte de alguns medievalistas na tentativa de compreender a guerra medieval — uma apreciação que se revela pertinente e com a qual, aliás, nos podemos identificar.

Relativamente a este capítulo inicial, impõe-se uma síntese crítica, em defesa dos medievalistas, em especial dos que se dedicam ao estudo da guerra. Na esteira de autores como Elena Lourie, Bernard Bachrach, ou James Powers (entre muitos outros) é a organização para a guerra que constitui a espinha vertebral das sociedades, não a guerra. Convenhamos que “uma sociedade organizada para a guerra” pode ter um significado ambíguo. À superfície, induz a acreditar que existe uma orientação deliberada para a condução da guerra, com conotações claramente ofensivas. Uma leitura de detalhe revelará que, por exemplo, no caso da cristandade peninsular dos séculos XII e XIII (que não é, certamente, único), a sociedade receava a guerra, pelos malefícios que esta acarretava. Utilizava-a em seu proveito, é certo, mas manifestava, sobretudo, medo dela. Isto é patente na fortificação e no correspondente reflexo obsidional, nas fugas ao serviço na hoste, na obrigatoriedade de permanência de determinado efetivo a defender a vila ou o castelo e na

própria hesitação em dar batalha campal. Contudo, a guerra era uma realidade onnipresente e o homem medieval cristão ibérico dos séculos XII e XIII tinha clara consciência disso. Por consequência procurava evitá-la, mas tirava o máximo proveito do que o que dela pudesse resultar. Por isso, a nosso ver, uma “sociedade organizada para e pela guerra” não é um oxímoro, como afirma AHF. É verdade que “organização” e “guerra” têm sentidos opostos, mas a expressão de Lourie faz sentido, porque, nela, a primeira palavra precede a segunda. Não exageremos: a organização social cristã medieval estava, de facto, estruturada em torno da guerra. Ainda que a analogia possa parecer provocatória, é possível concebê-la à semelhança do que, nas décadas de 1990 e 2000, se denominava “operações de paz”, expressão que até hoje ninguém considerou oxímoro, apesar de não passar de uma designação eufemística para as intervenções militares levadas a cabo por forças cuja razão de ser, formação e estrutura eram, inequivocamente, moldadas para o exercício da guerra.

Subjaz, ao longo de todo o trabalho, a perspectiva de AHF de que, de um modo geral, os historiadores medievais compartilham a ideia de “sociedade organizada para a guerra” onde os conceitos de guerra santa, guerra justa e de cruzada são enformadores. Entre os autores invocados encontram-se Carlos de Ayala, García Fitz, Georges Duby, Jean Flori, Philippe Contamine, Marc Bloch, Mário Barroca, Martin Alvira, Robert Fossier, Jacques Le Goff, Miguel Gomes Martins, José Mattoso, João Gouveia Monteiro, Palacios Ontalva, Jacques Paviot, David Porriñas e Riley-Smith, entre outros. Estes vão sendo citados, em diferentes momentos do argumento e sob perspectivas distintas ao longo da obra, que se encontra estruturada em sete capítulos designados por “notas ou apontamentos de prova”, uma vez que cada um se dedica à análise crítica de ideias feitas — tanto do ponto de vista historiográfico como conceptual — frequentemente associadas à compreensão da guerra e da paz na Idade Média.

Na primeira nota, o autor relembra que, para o homem medieval, a guerra estava associada à ideia de Mal que, mesmo “sem substantividade ontológica, tem consistência operativa” (p. 80)”. Utilizando Fernão Lopes, na Crónica de D. Fernando, AHF mostra uma certa visão de guerra que eclode por força própria, quase como uma realidade maléfica, uma fatalidade extrínseca à humanidade. Aqui, para o autor, reside o primeiro elemento de prova de que a guerra não estava incorporada

na sociedade, antes provinha do exterior. Pela nossa parte, não vemos nenhum óbice a que uma sociedade se organize em função de ter de lidar com algo que considera que lhe é externo. Mas também não podemos esquecer que os *bellatores*, enquanto especialistas, tratavam a guerra por “tu”. Tenhamos em conta os fossados anuais, organizados pela Coroa, por senhores ou pelos municípios, expedições públicas que as fontes nos revelam ser bastante apetecíveis. Basta atentar na cantiga de escárnio e maldizer de Afonso X que tem como refrão “*nom vem al maio*”, sendo aplicado como se de uma pena se tratasse: em cada estrofe, cavaleiro que tivesse tido um comportamento reprovável em contexto de guerra, perdia o direito de participar na expedição anual. Claro que, ao excluir este tipo de luta – que é a predominante na Península Ibérica nos séculos XII e XIII – do que considera “guerra”, o autor mantém a coerência do seu postulado. Todavia desatende que é, precisamente, a prática continuada deste tipo de “guerra” que induz, nos seus agentes, a ideia de que conseguem desempenhar eficientemente quaisquer outras tarefas bélicas, como assédios e batalhas campais, essas, sim, já dentro do conceito de AHF.

No segundo apontamento de prova, AHF defende que, na Idade Média, a política e a guerra, embora não absolutamente apartadas, eram realidades mais afastadas entre si do que em épocas posteriores. Isto porque a política era destinada a garantir o bem comum, ao passo que a guerra era a manifestação da ausência desse bem. Daí a relevância do desenvolvimento do conceito de guerra justa, para que a componente política pudesse desvincular-se dessa continuidade que, mais tarde, Clausewitz iria invocar. Para o autor, a ideia medieval de guerra justa era o eufemismo para justificação das guerras necessárias, assinalando a escassez de um *corpus* jurídico suficientemente desenvolvido para que se possa invocar o conceito de “justiça” (p. 89). Ora, ainda que se reconheça como plausível a premissa de que a guerra implica invariavelmente uma justificação — sendo esta necessária à sua legitimação junto dos agentes envolvidos —, e de que a sociedade cristã medieval, tal como qualquer outra, precisava de atribuir sentido à guerra para mobilizar e manter combatentes de forma continuada, não se afigura suficientemente sustentada a tese que defende a escassez de fundamentos jurídicos para tal justificação. A medievalidade cristã dispunha de uma sólida justificação jurídica, que distinguia, por exemplo, os atos ilícitos praticados em tempo de paz ou no decurso de uma guerra injusta, dos

materializados no quadro de uma guerra justa, algo bem patente nos textos dos tratadistas. As próprias cartas de foral no território português ou, se quisermos, os foros extensos de Ribacoa, estão eivados de preceitos normativos que distinguem ambas as situações, o que demonstra uma mais ampla divulgação da lógica moral relativa à guerra justa do que AHF fez transparecer. Ou seja, a regulamentação da violência coletiva e sistemática não era só matéria de juristas e canonistas: era algo que fazia parte, por exemplo, do universo municipal.

No terceiro apontamento de prova, é analisada a influência de uma abordagem excessivamente positivista na historiografia sobre o tema em estudo. Identificam-se como causas principais a posição do historiador, bem como a distância entre os domínios ideológico e prático. As fontes disponíveis tendem a fornecer predominantemente informações sobre um desses planos — ou o ideológico, ou a dimensão providencial dos acontecimentos no plano prático. Como a interpretação do passado se realiza, inevitavelmente, a partir da perspectiva do presente, exclui-se qualquer pretensão de neutralidade. Deste modo, os fenómenos analisados, naturalmente marcados por uma forte componente aleatória, acabam por ser interpretados pelo investigador como relações lógicas de causa e efeito. Neste sentido, “Guerra Santa e Guerra Justa” parecem constituir pano de fundo para toda a conflitualidade medieval, na perspectiva cristã. Estamos alinhados com o autor, porquanto uma leitura da conflitualidade medieval usando predominantemente ambos os conceitos como chaves de interpretação é, seguramente, limitadora.

Na quarta nota, AHF reflete sobre o papel da batalha campal na guerra medieval, apresentando-a como um instrumento decisivo para encurtar os conflitos, pelo que assume, deste modo, o caráter de “instrumento de paz”. Detalha, de forma notável, o papel do sentimento humano do medo e do propósito firme dos seus agentes de busca de paz (pp. 143-151). Reforça, deste modo, a ideia que está presente ao longo de toda a obra, de que a sociedade medieval se distanciava da guerra. Contudo, a própria natureza da batalha — acordada mutuamente e rara, mas determinante — levanta dúvidas quanto à sua função pacificadora. A preparação continuada do dia em que o prélio viria a ocorrer não foi, de alguma forma, enformadora ou da sociedade ou de, pelo menos, parte da sociedade medieval? Por exemplo, muito do equipamento ofensivo (as lanças) ou proteções corporais da cavalaria tardo-medieval só fazem sentido no contexto de uma batalha campal, pois não são úteis em

nenhuma outra ação que não a carga. A expectativa continuada de vir a combater numa batalha, sugere que esta, longe de ser apenas um meio de pôr termo ao conflito, era sobretudo o fator estruturante da própria guerra.

No quinto apontamento de prova, AHF analisa as concepções de Guerra Justa, Guerra Santa e Cruzada, sublinhando que, na guerra cristã, o combate em nome da fé se sobrepõe a interesses geográficos ou circunstanciais. Esclarece que a “guerra santa” não é, em si, sagrada, mas santificadora, centrando-se na legitimidade da causa que defende. A dificuldade em considerar justas as guerras perdidas leva a medievalidade a justificar tais derrotas pelos pecados dos vencidos (como se observa, por exemplo, nas interpretações da invasão de Tariq, em 711). Sobre a guerra justa, defende que esta não se rege por regras fixas, pois a violência escapa ao controlo legal: “o direito e a força não se atraem, repelem-se” (p. 200)”. Apoia a perspetiva de García Fitz, que entende o critério de justiça na guerra como subjetivo e conclui que a glorificação da guerra é um fenómeno moderno, ausente da mentalidade medieval.

Na sexta nota apela à necessidade de retomar uma abordagem comparativa da história, lidando com contradições e impasses da produção historiográfica. Discute interpretações como a de García Fitz, que encaram a *Reconquista* e os conceitos de guerra santa/justa como construções ideológicas ativas, em vez de reflexos espontâneos da mentalidade medieval. Para García Fitz, mesmo que essas ideias não correspondam exatamente aos factos, têm impacto real na história, moldando-a através da sua eficácia simbólica e social. Em Jean Flori, questiona a razão da insistência nas motivações religiosas quando o mesmo historiador chega a reconhecer que estas estavam aliadas a um certo oportunismo, sendo que “a religião não passava de um véu” (p. 225).

Na sétima nota ou apontamento de prova, defende que a Idade Média deve ser compreendida, acima de tudo, como um período orientado para a busca da paz. Inicia com o paradoxo de se invocar o nome de Deus para a execução da guerra quando esta, na melhor das hipóteses, pode encontrar alguma justificação no conceito de legítima defesa. Aqui joga com a ideia medieval de que a guerra é um mal, pelo que a sua associação a Deus não deixa de ser problemática. Considera excessiva a interpretação de Dominique Barthélemy de que os torneios medievais foram um processo controlado de substituição da guerra e dos seus malefícios. Afirma que existiu sempre, em todas as sociedades, quem cul-

tivasse os valores marciais e a violência, e que o decurso da guerra provoca situações de êxtase agressivo alimentado de parte a parte mas, no geral, a tendência humana foi sempre a da procura da paz e da ordem e cada tempo acredita que pode ter a guerra sob controlo, pois conhece o horror dos conflitos passados.

AHF encerra a sua obra com uma reflexão sobre o conceito de guerra absoluta, uma forma de conflito sem possibilidade de vencedores ou vencidos, claramente distante da realidade medieval. Para o autor, o receio generalizado perante a batalha campal constitui uma evidência desse distanciamento. Critica a perspectiva de António Paulo Duarte, que considera apologética e promotora de uma justificação ambígua da guerra, centrada na interação entre os beligerantes segundo uma “gramática própria”, desvalorizando a dimensão da violência.

Num dos vários excursos presentes ao longo da obra, argumenta que, na Idade Média, a guerra funcionava também como uma forma de evasão face à má consciência e reforça a ideia de que o homem medieval não valorizava a guerra em si, mas sim o bem que esta visava proteger. Reconhecia-a como uma realidade distinta, pertencente a uma esfera quase alheia à experiência quotidiana, ainda que integrada no discurso comparativo e valorizador da sua excecionalidade. Para AHF, os protagonistas medievais tinham plena consciência da ambiguidade da guerra e da impossibilidade de a justificar integralmente, entendimento que era inevitavelmente acompanhado por um sentimento de desconforto moral. A obra termina com uma advertência sobre o “furor guerreiro”, reconhecendo-o como elemento integrante do contexto medieval, mas alertando os medievalistas para o risco de se deixarem ofuscar por essa dimensão.

Inevitavelmente, a tentativa de sintetizar um milénio (ou mesmo parte substancial desse período, abrangendo uma vasta geografia) no quadro de uma teoria geral levanta dificuldades metodológicas significativas. A Estratégia, enquanto campo do conhecimento, parte da observação empírica para a construção de teorias capazes de enquadrar e interpretar realidades complexas. Por sua vez, o estudo da História adota geralmente um percurso inverso: as teorias são utilizadas, sobretudo, como instrumentos analíticos e, em contextos de escassez de dados factuais, como estruturas conceptuais de apoio à construção de narrativas plausíveis. AHF acusa os historiadores especializados em estudos militares da Idade Média de extrapolar em demasia o recurso a

construções teóricas gerais, o que, na sua leitura, constitui um abuso conceptual. Procura responder a essas abordagens ao longo da obra em apreço; contudo, fá-lo incorrendo frequentemente no risco simétrico: o de se mover com alguma liberdade interpretativa em domínios metodológicos próprios da historiografia especializada, o que pode suscitar reservas, não obstante a sua formação de base em História.

Em todo o caso, estamos perante um exercício rigoroso de teorização, sustentado por referenciais conceptuais sofisticados, que procura lançar luz sobre um objeto de estudo vasto e intrinsecamente complexo. A guerra é um tema cuja magnitude e impacto profundo sobre a condição humana dificultam, por natureza, a emergência de consensos absolutos. Ainda que esta não fosse a única razão — e a obra oferece várias —, a sua leitura justifica-se amplamente, na medida em que estimula a reflexão crítica e convida o investigador medievista a experimentar algum distanciamento dos seus instrumentos e métodos habituais de análise. Reconhecido como um dos principais estrategistas portugueses, o autor oferece uma reflexão sistematicamente enriquecedora e capaz de alargar horizontes. Esta capacidade é de especial importância para os medievalistas, que, ao imergirem nas suas fontes, nos protagonistas e nas realidades da época estudada, tendem, por vezes, a perder de vista a compreensão global dos fenómenos.